



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Entrada n.º: <u>187</u>
Data: <u>22.08.2017</u>

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

22.08.2017

ASSUNTO: "Documentos de prestação de contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), referentes ao 1.º semestre de 2017".
(Proposta n.º 714-P/2017)

Nos termos e para os efeitos da alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeto a V. Exa. para conhecimento da Assembleia Municipal os documentos acima referenciados, apresentados na reunião da Câmara realizada em 22 de agosto de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



PATRONATO MUNICIPAL VOTADO E INSTALADO

Colaboração Municipal para o Turismo

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

7

Nos termos do Art.º 57.º, n.º3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária 22-08-2017**.

Proposta nº 714-P/2017, subscrita pelo Sr. Vice-Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por maioria, com a
abstenção dos Srs. Vereadores do Movimento
S. C. M. A.*


Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 22 de agosto de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Victor Castro





PROPOSTA N.º 714 - P/2017

Considerando que:

1. A SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM, sociedade em liquidação, que se passa a designar abreviadamente por SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto a *“exploração e gestão de equipamentos coletivos de índole cultural, artística, científica, sócio-económica e recreativa”*;
2. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos;
3. Na sequência das deliberações dos órgãos municipais de 18 e 25 de novembro de 2014, foi aprovada a dissolução e a, subsequente, entrada em liquidação da empresa com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2015 (Proposta N.º 908-P/2014);
4. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo;
5. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da empresa (alíneas c), d) e f) do artigo 25º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25º), verificar a regularidade dos livros, registos

Reunião de

22 AGO, 2017

Doctº Agendado com o
Nº 7



contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local e, ainda, remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local;

6. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) remeteu informação financeira reportada ao primeiro semestre de 2017, nomeadamente as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancetes);
7. A empresa por se encontrar num processo de liquidação, com as atividades internalizadas no Município de Sintra, teve a atividade reduzida a tarefas de carácter administrativo, visando resolver os diversos assuntos pendentes e a prestar apoio e esclarecimentos aos serviços do Município, de forma a assegurar que o processo de liquidação decorra normalmente;
8. De acordo com os elementos financeiros disponíveis reportados ao primeiro semestre de 2017, efetuou-se uma síntese às demonstrações financeiras do período, vertida na Informação - Proposta N.º SM 33772/2017, de 14 de agosto, que se anexa, apresentando-se em seguida os elementos mais relevantes:
 - O **ativo** da empresa ascendeu a 134,2 mil euros de euros, verificando-se uma redução de 34,9 mil euros, centrada, essencialmente, ao nível das disponibilidades (-34,5 mil euros);
 - O **capital próprio** da empresa foi negativo em 849,1 mil euros, tendo-se registado uma variação negativa de 7,5 mil euros, resultado do prejuízo apurado no período;

Reunião de

27 AGO, 2017

Docº Agendado com o

Nº 7

- O **passivo** da empresa ascendeu a 983,3 mil euros, sendo constituído, apenas por passivo corrente, nomeadamente as rubricas outras contas a pagar (909,6 mil euros), sobretudo valores relacionados com a internalização (906 mil euros), e fornecedores (73,5 mil euros);
- O total de **gastos** da empresa ascendeu a 9,5 mil euros, nomeadamente fornecimentos e serviços externos (6,8 mil euros) e gastos com pessoal (2,7 mil euros);
- Os **rendimentos** referem-se a regularizações efetuadas no período;
- O **resultado líquido** do período foi negativo em 7,5 mil euros;
- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º que *“para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (...), proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas”*, pelo que a empresa **concorreu com 77,2 mil euros** no primeiro semestre para a **dívida total** do Município;
- O Fiscal único da empresa emitiu relatório sobre a informação financeira do primeiro semestre de 2017 da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação).

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA:

- I. **Tome conhecimento** dos documentos de prestação contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), à data do primeiro semestre de 2017, cujo prejuízo totalizou 7.459,00€, e do respetivo relatório do Fiscal Único;


Reunião de

22 A60. 2017

Doctº Agendado com o
Nº 7

- II. **Delibere** proceder ao envio dos documentos de prestação de contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho de Sintra, 16 de agosto de 2017

31 / O Presidente

(Basilio Horta) Rui Pereira
Vice-Presidente

Reunião de

22 AGO, 2017

Docº Agendado com o
Nº 7

N.º SM 33772/2017
Sintra, 14-08-2017 17:01:06

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2017 DA SINTRA QUORUM, EEM
(SOCIEDADE EM LIQUIDAÇÃO)

--

--

--

--

--



Informação – Proposta n.º SM 33772
Sintra, 14-08-2017

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2017 DA
SINTRA QUORUM, EEM (SOCIEDADE EM LIQUIDAÇÃO)

De: Patrícia Grosa

Para: Chefe da DPCA – Dr. João Carrilho de Sousa

Considerando que:

1. A SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM, sociedade em liquidação, que se passa a designar abreviadamente por SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto a *“exploração e gestão de equipamentos coletivos de índole cultural, artística, científica, sócio-económica e recreativa”*.
2. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos.
3. Na sequência das deliberações dos órgãos municipais de 18 e 25 de novembro de 2014, foi aprovada a dissolução e a, subsequente, entrada em liquidação da empresa com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2015 (Proposta N.º 908-P/2014).
4. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo.
5. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da empresa (alíneas c), d) e f) do artigo 25º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25º), verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local e, ainda,

remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local.

6. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) remeteu informação financeira reportada ao primeiro semestre de 2017, nomeadamente as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancetes).
7. A empresa por se encontrar num processo de liquidação, com as atividades internalizadas no Município de Sintra, teve a atividade reduzida a tarefas de carácter administrativo, visando resolver os diversos assuntos pendentes e a prestar apoio e esclarecimentos aos serviços do Município, de forma a assegurar que o processo de liquidação decorra normalmente.
8. No entanto, de acordo com a informação disponibilizada pela empresa efetuou-se uma análise à área patrimonial, ao resultado do período e à dívida total, tendo-se obtido as seguintes conclusões:

8.1. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

BALANÇO									
Rubrica	30-06-2017		31-12-2016		Δ 17/16	Rubrica	30-06-2017		31-12-2016
	€	%	€	%	%		€	%	€
Ativo Não Corrente						Capital Próprio			
Outros ativos financeiros	0	0,00	741	0,44	-100,00	Capital realizado	199.519	-	199.519
Total Ativo Não Corrente	0	0,00	741	0,44	-100,00	Reservas legais	277	-	277
						Resultados transitados	-1.041.400	-	-956.540
Ativo Corrente						Resultado líquido do período	-7.459	-	-84.860
Cientes	46.554	34,69	46.554	27,53	0,00	Total Capital Próprio	-849.063	-	-841.604
Estado e outros entes públicos	18.085	13,48	17.774	10,51	1,75				
Outras contas a receber	41.553	30,96	41.553	24,57	0,00	Passivo Corrente			
Caixa e depósitos bancários	28.016	20,88	62.511	36,96	-55,18	Fornecedores	73.537	7,48	80.613
Total Ativo Corrente	134.208	100,00	168.391	99,56	-20,63	Estado e outros entes públicos	122	0,01	93
Total Ativo	134.208	200,00	169.132	100,00	-20,97	Outras contas a pagar	909.612	92,51	930.030
						Total Passivo Corrente	983.271	100,00	1.010.736
						Total Passivo	983.271	100,00	1.010.736
						Total Capital Próprio	134.208	-	169.132
						Passivo			-20,65

- A empresa apresentou um **ativo líquido total** de 134,2 mil euros, verificando-se uma redução de cerca de 34,9 mil euros comparativamente com o período anterior, consequência do decréscimo do ativo corrente;

- No que se refere ao **ativo não corrente**, o balanço não apresentou ativos fixos tangíveis, reflexo do desconhecimento do imobilizado da empresa, encontrando-se registado na conta específica da internalização para posterior transferência para a esfera do Município;
- Os **ativos correntes** registaram um decréscimo de cerca de 34,2 mil euros, consequência da redução verificada na caixa e depósitos bancários;
- O saldo da conta **clientes** contemplava, entre outros, os montantes a receber de 44,2 mil euros da Câmara Municipal de Sintra e 13,6 mil euros dos formandos inscritos na EPRPS, encontrando-se este último, totalmente, provisionado;
- No que se refere ao **estado e outros entes públicos**, a rubrica refletia o saldo de IVA a recuperar (8,4 mil euros) e os pagamentos especiais por conta efetuados (6,1 mil euros);
- A rubrica **outras contas a receber** reflete, essencialmente, os ativos transferidos para a CMS (41,3 mil euros) no âmbito da internalização das atividades;
- As **disponibilidades** ascenderam a 28 mil euros, sendo constituídas, exclusivamente, por depósitos bancários;
- O **capital próprio** da empresa no final do primeiro semestre de 2017 era negativo em 849,1 mil euros, tendo-se registado uma variação negativa de 7,5 mil euros, resultado do prejuízo apurado no período;
- O **passivo** da empresa ascendeu a 983,3 mil euros, verificando-se que o mesmo era constituído totalmente pelo passivo corrente, sobretudo, pelas rubricas outras contas a pagar (909,6 mil euros) e dívidas a fornecedores (73,5 mil euros);
- Na rubrica de **fornecedores** verificou-se um decréscimo de cerca de 7,1 mil euros, destacando-se, pela sua representatividade a dívida atual aos seguintes fornecedores:

<i>Fornecedor</i>	<i>Saldo em 30-06-2017</i>
Ronsegur - Rondas e Segurança, Lda	38.241 €
SMAS	17.282 €
Opart- Org. Prod. Artística, E.P.E	6.704 €
Centro Cultura Desporto Sintrense	6.126 €

- A rubrica **outras contas a pagar**, no montante de 909,6 mil euros, incluía, sobretudo, os saldos relativos às operações de internalização (737,9 mil euros) e os valores a devolver à CMS no âmbito de contratos programa celebrados em anos anteriores (168 mil euros).

8.2. RESULTADOS NO PERÍODO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
Rubrica	30-06-2017 €	30-06-2016 €	Varição %
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	2.000	0	100,00
Fornecimentos e serviços externos	-6.802	-29.062	-76,60
Gastos com pessoal	-2.657	-22.170	-88,02
Imparidade de dívidas a receber	0	267	-100,00
Outros rendimentos e ganhos	0	1.314	-100,00
Outros gastos e perdas	0	-2.508	-100,00
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e imposto operacional	-7.459	-52.159	-85,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0	0	-
Resultados operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-7.459	-52.159	-85,70
Juros e gastos similares suportados	0	0	-
Resultados antes de impostos	-7.459	-52.159	-85,70
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	-
Resultado líquido do período	-7.459	-52.159	-85,70
Total Gastos	-9.459	-53.741	
Total Rendimentos	2.000	1.582	
Resultado líquido do exercício	-7.459	-52.159	

- A empresa apresentou um **resultado líquido do período** negativo de cerca de 7,5 mil euros;
- O total de **gastos** da empresa no período ascendeu a 9,5 mil euros e decorreram do cumprimento de obrigações fiscais e de outros encargos inerentes ao processo de internalização;
- Os **fornecimentos e serviços externos** apresentaram um saldo residual conforme expetável, uma vez que a empresa se encontra em processo de liquidação e com as atividades internalizadas no Município;
- Os **gastos com o pessoal** dizem respeito a regularizações de pessoal que não integrou os quadros da CMS;
- Os **rendimentos totais** referem-se a regularizações efetuadas no período.

8.3. DÍVIDA TOTAL

- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º que “*para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as*

empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas”, pelo que a empresa concorreu com 77,2 mil euros no primeiro semestre para a dívida total do Município:

Unid: €		
Dívida Total		
	30-06-2017	31-12-2016
Regime Financeiro das Autarquias locais (alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º)	77.167,82	81.366,05

Valores reportados à DGAL excluindo o efeito da internalização.

Tendo em conta os pontos anteriores, **propõe-se que:**

- I. A presente informação seja remetida a reunião de Câmara, para que o Executivo tome conhecimento dos documentos de prestação contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) relativos ao primeiro semestre de 2017, cujo prejuízo ascendeu a 7.459,00€, bem como do respetivo relatório do Fiscal Único.

- II. A Exma. Câmara Municipal proceda ao envio dos documentos de prestação de contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal, conforme disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

À consideração superior.

Exmos. Senhores

Liquidatários e Sócio da

Sintra-Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM (em Liquidação)

ASSUNTO: Relatório sobre a informação financeira do 1º semestre de 2017

Exmos. Senhores,

No âmbito do trabalho das funções que nos foram atribuídas na **Sintra Quorum (em liquidação)**, efetuámos uma análise às operações realizadas no primeiro semestre de 2017.

Como é do conhecimento de V. Exas, a referida análise não teve as características de um trabalho especificamente planeado com o objetivo de nos habilitar a expressar uma opinião sobre a informação financeira semestral.

Gostaríamos de salientar que, a emissão e manutenção de normas conducentes a uma adequada preparação das Demonstrações Financeiras e implementação de um sistema de controlo interno numa organização é sempre da responsabilidade da Comissão Liquidatária.

No âmbito desta responsabilidade, é necessário efetuar determinados julgamentos tendentes à avaliação do binómio custo/benefício associado à implementação de qualquer sistema de controlo interno. Este sistema tem como objetivo proporcionar um razoável grau de segurança quanto à salvaguarda dos ativos contra prejuízos e uso ou apropriação indevidos e, também assegurar que todas as transações se processam de acordo com autorizações e diretrizes emanadas pela Comissão Liquidatária e são adequadamente reproduzidas nos registos contabilísticos, de forma a deles se poderem construir Demonstrações Financeiras que respeitem os princípios, políticas e procedimentos subjacentes à sua preparação.

A nossa análise revelou, contudo, alguns aspetos de interesse que julgamos oportuno levar ao Vosso conhecimento e que resumimos no memorando que se segue, o qual, além desta Introdução, inclui a análise efetuadas às operações do primeiro semestre. Para o efeito seguidamente apresenta-se um balanço e uma demonstração dos resultados preparados a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

Ficamos desde já ao Vosso dispor para prestarmos quaisquer esclarecimentos que entendam por necessários.

Com os nossos melhores cumprimentos,


Eduardo Roque do Rosário Rêgo - ROC

Lisboa, 9 de agosto de 2017

BALANÇO

	Notas	30/06/17	Ajust	30/06/17 Ajustado	31/12/16
Ativo Não Corrente					
Outros Investimentos Financeiros			0	0	741
		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>741</u>
Ativo Corrente					
Clientes	1.1	46 554	(2 357)	44 197	46 554
Estado e outros Entes Públicos	1.2	18 085		18 085	17 773
Outros créditos a receber	1.3	41 553	(289)	41 264	41 553
Caixa e depósitos bancários	1.4	28 016		28 016	62 511
		<u>134 208</u>	<u>(2 646)</u>	<u>131 562</u>	<u>168 391</u>
Total Ativo		<u>134 208</u>	<u>(2 646)</u>	<u>131 562</u>	<u>169 132</u>
Capital Próprio					
Capital Subscrito		199 519		199 519	199 519
Reservas Legais		277		277	277
Resultados Transitados	1.5	(1 041 400)		(1 041 400)	(956 540)
Resultado Líquido	1.5	(7 459)	(5 180)	(12 639)	(84 460)
		<u>(849 063)</u>	<u>(5 180)</u>	<u>(854 243)</u>	<u>(841 204)</u>
Passivo Corrente					
Fornecedores	1.6	73 537	2 534	76 071	80 613
Estado e outros Entes Públicos	1.2	122		122	93
Outras dívidas a pagar	1.7	909 612		909 612	930 030
		<u>983 271</u>	<u>2 534</u>	<u>985 805</u>	<u>1 010 736</u>
Total Capital Próprio e Passivo		<u>134 208</u>	<u>(2 646)</u>	<u>131 562</u>	<u>169 532</u>

1.1. CLIENTES

A rubrica de clientes tem a seguinte composição:

Descrição	Eur		
	Valor nominal	Imparidade registada	Valor líquido
Helder Moutinho,Lda.	15		15
Inst.Museus Conservacao	434		434
Ai a Dança Atelier-Prod.Esp.,Lda.	429		429
Gonçalo Monteiro de Carvalho	435		435
Ruela Music Management	294		294
Maria Filomena Parra	300		300
Marco Santos	150		150
Maria Elisabete Fialho Abraços	150		150
Sofia Henriques	150		150
Camara Mun.Sintra	44 197		44 197
EMMA Atividades Musicais	3 149	(3 149)	0
Alunos EPRPS	13 620	(13 620)	0
Total	<u>63 323</u>	<u>(16 768)</u>	<u>46 554</u>

Face à antiguidade dos saldos acima e, sem prejuízo da realização de diligências tendentes à cobrança dos valores acima, recomenda-se o registo de uma perda por imparidade no valor de 2.357 euros, excluindo-se desta estimativa o Município de Sintra na medida em que o saldo será passível de extinção por confusão quando do encerramento da liquidação.

1.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica é composta da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Eur</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o rendimento	6 093	
Retenções sobre o rendimento		122
Imposto sobre o valor acrescentado	8 447	
Contribuições para a seg. social	3 545	
	<u>18 085</u>	<u>122</u>

Na data a que se reporta o nosso trabalho, encontrava-se em mora o imposto retido referente a junho de 2017, o qual será liquidado em agosto. Adicionalmente, constatamos que mantém-se em conferência o saldo com a Segurança Social no valor de 3.545 euros, o qual poderá vir a ser reembolsado após confirmação. Da mesma forma em sede do encerramento da liquidação a Sintra Quorum poderá solicitar o reembolso dos pagamentos especiais por conta e do IVA reportado por não se prever que venha a ter operações ativas suscetíveis de liquidação de imposto.

1.3. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica inclui fundamentalmente o valor líquido dos ativos transferidos para o Município no valor líquido de 41.264 euros que será passível de extinção por confusão quando do encerramento da liquidação. Inclui ainda outros valores que devem ser considerados gastos, no montante de 289 euros.

1.4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica é essencialmente constituída pelos saldos de depósitos bancários conforme se apresenta:

<u>Banco/cta</u>	<u>Euros</u>
CGD-Nº0786061913530	13
MG-SQ Nº05010025277-9	28.003
Total	<u>28.016</u>

1.5. CAPITAL PRÓPRIO

A variação ocorrida no capital próprio resulta: (i) da transferência do resultado do ano anterior e; (ii) do resultado negativo gerado no semestre.

1.6. FORNECEDORES

Com referência a 30 de junho 2017, os principais fornecedores totalizavam 73.537 euros conforme abaixo se apresenta:

Descrição	Eur	
	Devedores	Credores
Anespo-Assoc. Nac. Ens. Profissi.		900
Meo Serv.Com.Multim.SA 504615947		482
Meo-Serv.de Com.e Multim.SA	39	
SMAS		17 282
Jet Cooler-Aguas e Cafes,S.A.	51	
Coprel-Comb. Pav. e Revestim.,Lda		2 117
EMES Emp.Munic.Estac.Sintra EM		900
Opart- Org. Prod. Artistica, E.P.E		6 704
Lusitania, Comp.Seguros,S.A.		106
Centro Cultura Desporto Sintrense		6 126
Victor José & Assoc.SROC,Lda.		1 820
ACIN-ICLOUD Solutions Lda		1 230
Ronsegur Rondas e Segurança,Lda.		38 241
Amago TACF Ass.Cult.	2 390	
Euromex Facility Services Lda.		136
Conjugar Criativo,Unip.Lda		27
Teatro Bocage - Ass.Cultural	55	
	2 534	76 070
Total liquido		73 537

Os saldos devedores acima representam essencialmente pagamentos efetuados sem que se tivesse recebido a correspondente fatura pelo que se recomenda o registo da correspondente perda.

1.7. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Esta rubrica apresenta-se da seguinte forma:

Descrição resumida	Valor	Nota
Cobertura prejuízos MASMO	601 905	a)
Férias sub férias 2013 MASMO	46 058	b)
Contratos programa 2013	168 036	c)
Estimativa FSF (cedidos)	89 971	d)
	905 969	
Outros não analisados	3 643	
Total	909 612	

a) A rubrica inclui uma transferência do Município de Sintra, a qual de acordo com os serviços da Sintra Quórum corresponderá a uma cobertura de prejuízos

b) O montante de 46.058 euros corresponde à estimativa com férias e subsídio de férias calculadas para os trabalhadores do MASMO, vencidas em 31 de dezembro de 2013, liquidados em 2014 pelo Município de Sintra, na sequência da internalização das atividades do MASMO.

c) Valor a devolver ao Município de Sintra, no âmbito dos contratos - programa, que vigoraram em 2013, atendendo a que a execução, dos referidos contratos foi inferior aos recebimentos ocorridos.

d) A rubrica inclui a estimativa com férias e subsídio de férias dos funcionários em regime de cedência no Município em 2015.

Os montantes acima identificados serão objeto de extinção por confusão quando do encerramento da liquidação.

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2017 (6 meses)	Ajust	2017 Ajustado	2016 (12 meses)
Prestação de serviços	2.1	2 000		2 000	
Fornecimentos e serviços externos	2.2	(6 802)		(6 802)	(41 351)
Gastos com pessoal	2.3	(2 657)		(2 657)	(42 904)
Imparidade/(reversão) de dividas a recebe	1.1		(2 357)	(2 357)	(16 501)
Outros rendimentos				0	28 035
Outros gastos	1.3;1.6		(2 823)	(2 823)	(11 426)
Resultados antes de Depreciações		(7 459)	(5 180)	(12 639)	(84 147)
Resultado operacional		(7 459)	(5 180)	(12 639)	(84 147)
Juros e gastos suportados		0	0	0	(713)
Resultado antes de Impostos		(7 459)	(5 180)	(12 639)	(84 860)
Resultado Líquido		(7 459)	(5 180)	(12 639)	(84 860)

2.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A rubrica de prestação de serviços inclui exclusivamente o débito efetuado ao Partido Social Democrata, relativo a uma cedência gratuita do CCOC, efetuada em 2012 que em sede auditoria àquele partido veio a ser considerada irregular.

2.2. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os principais gastos relacionados são(i) honorários de serviços de contabilidade 6.389 euros; (ii) honorários de auditoria 1.230 euros; (iii) honorários de agente de execução no valor de 631 euros. No período em análise foi recebido um crédito no valor de 2.190 eur, relativo a acertos na faturação dos consumos de água.

2.3. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica inclui as remunerações correspondentes a encargos com férias, subsidio de férias e proporcional de subsidio de natal de 1 funcionária dos quadros da SintraQuorum, que em janeiro de 2017 transitou para o Município de Sintra.

3. OUTROS ASSUNTOS

3.1. NECESSIDADES DE TESOURARIA

Tendo em consideração os passivos exigíveis e os ativos realizáveis, estimamos em cerca de 48.000 euros, o valor necessário aportar à sociedade para que seja possível proceder ao encerramento da liquidação.

3.2. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE LIQUIDAÇÃO

Estando previsto o encerramento da liquidação para o segundo semestre de 2017, a Comissão Liquidatária deverá nos termos do artº 157º do Código das Sociedades Comerciais, preparar um relatório pormenorizado das atividades de liquidação que inclua as operações realizadas no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e a data do encerramento da liquidação, bem como de todas as atividades desde o início da liquidação. O referido relatório deverá ser acompanhado das respetivas contas finais e do projeto de partilha.

SINTRAQUORUM - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. (em liquidação)
 Balanço em 31 de Junho de 2017

	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Outros Investimentos Financeiros			1.287
		0	1.287
Ativo corrente			
Clientes		46.554	75.292
Estado e outros entes públicos		18.085	18.589
Outros créditos a receber		41.553	48.708
Diferimentos			1.757
Caixa e depósitos bancários		28.016	94.847
		134.208	239.194
Total do ativo		134.208	240.481
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		199.519	199.519
Reservas legais		277	277
Resultados transitados		-1.041.400	-255.588
Resultado líquido do período		-7.459	-700.951
Total do capital próprio		-849.063	-756.744
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		73.537	113.184
Estado e outros entes públicos		122	5.742
Outras dívidas a pagar		909.612	877.508
Diferimentos			9
		983.270	996.444
Total do passivo		983.270	996.444
Total do capital próprio e do passivo		134.208	239.700

A Comissão Liquidatária

 Rui José da Costa Pereira

Contabilista Certificado


 Sandra Sofia Sá Lameira (CC nº 90359)

Eduardo Jorge Glória Quinta Nova


 Maria Otilia Branco Macedo dos Reis

SINTRAQUORUM - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.E.M. (em liquidação)
 Demonstração dos Resultados por Naturezas
 Período findo em 30 de Junho de 2017

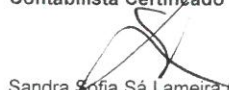
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2.017	2016
Vendas e serviços prestados		2.000	
Fornecimentos e serviços externos		-6.802	-29.062
Gastos com o pessoal		-2.657	-22.170
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			267
Outros rendimentos			1.314
Outros gastos			-2.508
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7.459	-52.159
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.459	-52.159
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-7.459	-52.159
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-7.459	-52.159

A Comissão Liquidatária



Rui José da Costa Pereira

Contabilista Certificado



Sandra Sofia Sá Lameira (CC nº 90359)

Eduardo Jorge Glória Quinta Nova



Maria Otilia Branco Macedo dos Reis

PROPOSTA N.º _____ - P/2017

Considerando que:

1. A SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM, sociedade em liquidação, que se passa a designar abreviadamente por SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) é uma empresa do setor empresarial local, participada na íntegra pelo Município de Sintra, que tem como objeto a *“exploração e gestão de equipamentos coletivos de índole cultural, artística, científica, sócio-económica e recreativa”*;
2. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), pela lei comercial, pelos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, nos termos legalmente estatuídos;
3. Na sequência das deliberações dos órgãos municipais de 18 e 25 de novembro de 2014, foi aprovada a dissolução e a, subsequente, entrada em liquidação da empresa com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2015 (Proposta N.º 908-P/2014);
4. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os documentos de prestação de contas aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo;
5. São competências do Fiscal Único, quer no âmbito dos estatutos da empresa (alíneas c), d) e f) do artigo 25.º) quer no âmbito da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alíneas e), f) e h) do n.º 6 do artigo 25.º), verificar a regularidade dos livros, registos

contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte e participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa local e, ainda, remeter semestralmente ao órgão executivo da entidade pública participante informação sobre a situação económico-financeira da empresa local;

6. A SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação) remeteu informação financeira reportada ao primeiro semestre de 2017, nomeadamente as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados e Balancetes);
7. A empresa por se encontrar num processo de liquidação, com as atividades internalizadas no Município de Sintra, teve a atividade reduzida a tarefas de carácter administrativo, visando resolver os diversos assuntos pendentes e a prestar apoio e esclarecimentos aos serviços do Município, de forma a assegurar que o processo de liquidação decorra normalmente;
8. De acordo com os elementos financeiros disponíveis reportados ao primeiro semestre de 2017, efetuou-se uma síntese às demonstrações financeiras do período, vertida na Informação - Proposta N.º SM 33772/2017, de 14 de agosto, que se anexa, apresentando-se em seguida os elementos mais relevantes:
 - O **ativo** da empresa ascendeu a 134,2 mil euros de euros, verificando-se uma redução de 34,9 mil euros, centrada, essencialmente, ao nível das disponibilidades (-34,5 mil euros);
 - O **capital próprio** da empresa foi negativo em 849,1 mil euros, tendo-se registado uma variação negativa de 7,5 mil euros, resultado do prejuízo apurado no período;

- O **passivo** da empresa ascendeu a 983,3 mil euros, sendo constituído, apenas por passivo corrente, nomeadamente as rubricas outras contas a pagar (909,6 mil euros), sobretudo valores relacionados com a internalização (906 mil euros), e fornecedores (73,5 mil euros);
- O total de **gastos** da empresa ascendeu a 9,5 mil euros, nomeadamente fornecimentos e serviços externos (6,8 mil euros) e gastos com pessoal (2,7 mil euros);
- Os **rendimentos** referem-se a regularizações efetuadas no período;
- O **resultado líquido** do período foi negativo em 7,5 mil euros;
- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º que *“para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos as empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (...), proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas”*, pelo que a empresa **concorreu com 77,2 mil euros** no primeiro semestre para a **dívida total** do Município;
- O Fiscal único da empresa emitiu relatório sobre a informação financeira do primeiro semestre de 2017 da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação).

TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA:

- I. **Tome conhecimento** dos documentos de prestação contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), à data do primeiro semestre de 2017, cujo prejuízo totalizou 7.459,00€, e do respetivo relatório do Fiscal Único;



PRESIDÊNCIA

- II. **Delibere** proceder ao envio dos documentos de prestação de contas da SINTRA QUORUM (sociedade em liquidação), referentes ao primeiro semestre de 2017, para a Assembleia Municipal de modo a que esta possa tomar conhecimento dos resultados da empresa municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Concelho de Sintra, _____ de _____ de 2017

O Presidente

(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

